

O País das Mil Colinas: O que levou Ruanda ao episódio de 1994?



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 01 | N°. 1 | Ano 2020

Thaise Alves da Silva

The Land of a Thousand Hills: What led Rwanda to the 1994 episode?

RESUMO: Este trabalho propõe uma apreciação reflexiva sobre a colonização de Ruanda, buscando analisar aspectos históricos que são importantes para entendermos o desembocar do conflito de 1994. Este país foi palco de diferentes eventos, que se vistos de maneira e formas isoladas resultarão em conclusões distintas. Os eventos anteriores ao ano de 1994 se constituíram em típicos momentos de uma guerra civil, com raízes no contexto da independência do país. Entretanto, se tomarmos apenas o evento de 1994, como sendo o mesmo originado a partir de suas próprias circunstâncias, constataremos que houve um genocídio, planejado tão somente com fins da eliminação de uma parte da população em detrimento de outra.

PALAVRAS-CHAVE: Ruanda; Colonização; Historiografia; África.

ABSTRACT: This work proposes a reflexive appreciation of the colonization of Rwanda, seeking to analyze historical aspects that are important for us to understand the outcome of the 1994 conflict. This country was the scene of different events, which if seen in isolated ways and forms will result in different conclusions. The events prior to the year 1994 were typical moments of civil war, with roots in the context of the country's independence. However, if we take only the 1994 event, as being the same originated from its own circumstances, we will find that there was a genocide, planned only for the purpose of eliminating one part of the population at the expense of another.

KEY WORDS: Rwanda; Colonization; Historiography; Africa.

Site/Contato

Editores

Cinthia Nólacio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rita de Cássia Nascimento dos Santos
rita.tic@gmail.com

O País das Mil Colinas: O que levou Ruanda ao episódio de 1994?

Thaise Alves da Silva¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo, proponho analisar como ocorreu o processo de colonização de Ruanda, localizada na região dos lagos, também conhecido como o País das Mil Colinas (COUTO, 2013). Ruanda faz fronteira com a Tanzânia, Burundi, RDC (Congo) e Uganda. Os habitantes deste país são os banyarwandas: twás, hutus e tutsis, identificados por Hatzfeld (2005) e Visentini (2010) como três povos distintos. Entretanto, Gourevitch (2006), Kapuscinski (2005) e Magnoli (2009) apresentam os ruandeses como um único povo, com mesmo mito de origem, língua e religião, dotados de uma organização social mutável, com suas identidades construídas a partir da política (MAMDANI, 2002).

Corroborando com esta divisão do conceito aplicado por Martins (2002), Mamdani (2002) identifica certa oscilação nas identidades políticas dos banyarwandas, a qual em determinado momento da história a categoria raça é utilizada, e em outro momento o conceito de etnia é aplicado para diferenciar tutsis e hutus. Faz-se necessário explicar que Mamdani nomeia por “identidades políticas” aquelas que são consequências diretas do processo de formação do Estado, sofrendo alterações de um período histórico para outro. Assim, raça e etnia são identidades impostas legalmente pelo Estado, ou seja, institucionalizadas, conferindo o caráter de identidade política. É preciso entender que não existem identidades fixas (SILVA, 2000; BAUMAN, 2005; HALL, 2014) as mesmas precisam ser estudadas em todo seu processo histórico, levando em conta a maneira como foram tornadas objetos de uma instrumentalização. Somente a partir disto, o conflito em Ruanda poderá ser entendido para além de um fato biológico ou espontâneo.

Dentre os momentos de divergência dos ruandeses, é importante mencionar o contexto da Revolução Hutu, ocorrido no ano de 1959, para que percebamos o porquê da justificação do conflito por meio das questões raciais. Entenderemos também a disseminação da ideologia colonial por meio do mito hamítico, que atribuiu aos tutsis à qualidade de raça superior aos hutus. Contudo, por meio deste mito, os tutsis perderam sua condição de nativos, passando então para o lugar do estrangeiro, invasor, posto que fossem tributários de outras terras. Isto deve fazer com que percebamos a forma pela qual a comunidade local sofreu fortes influências na

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: a_thaise@yahoo.com.br

composição de suas identidades, sendo este o fato que nos leva a caracterizar as mesmas como construções políticas, em uma história “cúmplice” do imperialismo. Pode-se constatar que os nomes “tutsi” e “hutu” existem desde o período pré-colonial. Sigamos para que possamos entender melhor.

A colonização e seus mitos

O processo de partilha, categoria consagrada por boa parte da historiografia (MACKENZIE, 1994), ou “roedura da África”, leitura crítica feita pelo grande historiador burkinense (KI-ZERBO, 2002), deve ser entendido como de fundamental importância para compreender o período, e a posterior colonização do continente, sobretudo Ruanda. Ocorrido no final do século XX, a partilha (ou roedura) deve ser entendida como reflexo do que estava acontecendo com os países europeus na busca pelo alargamento econômico por meio da exploração, conquista e grandes navegações.

Ruanda foi entregue à Alemanha na Conferência de Berlim (1885), por meio do explorador Conde Gustav Adolf Von Gotzen, que chegou ao reino dos banyarwandas em 1894 e encontrou a sociedade organizada por vínculos clânicos e dependência pessoal onde a divisão social estava diretamente ligada às riquezas e propriedades². Sendo assim, não creio que seja possível classificar os ruandeses como raças ou mesmo etnias diferentes. Pode-se dizer que havia uma “elite”, que detinha o controle e o conhecimento sobre o gado, nomeada por tutsi, assim como existiam os agricultores, conhecidos por hutus. Não eram categorias fixas, posto que nada impedisse que um tutsi se transformasse em hutu, com a perda de seus bens, ou até mesmo que um hutu subisse para posição de tutsi a partir do momento no qual adquirisse propriedades para tal. A diferença por meio da racialização e da construção de identidades étnicas foi evidenciada com a colonização europeia³.

² A Conferência de Berlim foi a principal responsável pelo estabelecimento das fronteiras do continente africano. Possui uma longa trilha de interesses para que a mesma aconteça, e que aparece na discussão de Hernandez (2005). Primeiro (1865- 1890) - os interesses de Leopoldo II da Bélgica em fundar um Império ultramarino; Segundo (1883-1886) - a luta de Portugal pela implantação e conquista do projeto “Mapa cor-de-rosa” que ligaria direta e economicamente suas duas colônias: Angola e Moçambique, facilitando o transporte e comércio de mercadorias entre as mesmas. Terceiro (1887) - expansionismo da política francesa com a Grã-Bretanha no controle sobre o Egito. Quarto (1890) livre comércio e navegação nas bacias do Níger e do Zaire. A partir da Conferência, a corrida para exploração do continente foi acelerada, onde além da exploração os países colonizadores submetiam as colônias ao controle. É através da conferência de Berlim que as regras para conquista e exploração são estabelecidas. Sobre esta questão, ver: Visentini, 2010; Wesseling, 1998.

³ Alves (2005) explica a caracterização de uma sociedade por meio da etnicidade, discutindo primeiro a origem do termo “étnico”, depois traçando um percurso até o uso da palavra nos tempos atuais. A autora sustenta que as identidades étnicas podem ser culturalmente definidas ou biologicamente determinadas. Ela provê, sobre põe e historiciza a relação Eu/Outro, caracterizando as relações sociais, econômicas e políticas na busca por vantagens

Von Gotzen, ao chegar a Ruanda em 1894, percebeu uma organização tripartite dos banyarwandas: twás, tutsis e hutus, sob o reinado de Kigeri IV Rwabugiri⁴. Sua morte propiciou momentos de grave crise política para o país, uma vez que não existia um sistema de sucessão definido. Mesmo assim, os banyarwandas conseguiram permanecer no poder com presença mínima dos europeus. A Alemanha instalou seus primeiros postos administrativos somente em 1897, e se retirou em 1916. Teve como base o sistema de colonização apoiada no modo indireto:

Von Gotzen conseguiu firmar tratados com os chefes de Tanganica, Ruanda e Burundi, e os alemães passaram a exercer uma influência indireta nos assuntos locais. Contudo, a potência europeia não revelou maior interesse pela região e enfrentou com tropas insuficientes revoltas tribais em diferentes áreas do que viria a ser a África Oriental Alemã. Em 1911, alemães ajudaram os tutsis a esmagar uma revolta hutu, mas na Primeira Guerra Mundial, forças belgas avançaram a partir da colônia do Congo sobre a colônia alemã e, com o auxílio de uma ofensiva britânica a partir de Uganda, derrotaram os alemães e seus aliados banyarwandas (MAGNOLI, 2009, p. 261).

Nenhuma mudança profunda ocorreu na sociedade ruandesa neste período (GOUREVITCH, 2006, p. 52). Em 1921, com o fim da Primeira Guerra Mundial, Ruanda passou para as mãos da Bélgica. O método de colonização utilizado pela Bélgica, em 1921, manteve o que foi gestado pelos alemães:

A “real” política colonial da Bélgica foi implantada de modo progressivo entre 1926 e 1931, por meio de uma série de medidas conhecidas como “les réformes Voisin”, pelo então governante Charles Voisin. A reforma tinha por objetivos: transferir o poder do monarca para os chefes locais; reorganizar o poder das autoridades locais para extinguir qualquer responsabilidade perante as respectivas comunidades ou qualquer forma de controle da burocracia em nível local; e “racializar” a autoridade local (REZENDE, 2011, p. 21).

Utilizando-se da classificação por três meios diferentes, mas que se complementam, os traços biológicos, a migração geográfica e a “teoria hamítica”, os belgas consolidaram a divisão entre tutsis e hutus como pertencentes a grupos diferentes. Chefes hutus foram substituídos massivamente, de modo que em finais de 1959 a maioria dos chefes e subchefes eram tutsis. Até mesmo os cargos de chefes das propriedades de terra que usualmente era dos hutus, foram

materiais. Estas identidades, por meio da etnicidade, passam pelo processo contingencial, substancial e circunstancial.

⁴ Primeiro Mwanza de Ruanda a entrar em contato com europeus. Responsável por criar exércitos em seu reinado que impediam a entrada de estrangeiros em seu território, principalmente árabes.

substituídos por tutsis expressivamente. A presença indiscutível dos tutsis nos poderes foi enfim consolidada em 1936 e os mitos passaram a ser um “problema”.

Dentre os mitos que explicam a origem dos ruandeses, temos a apresentação dos banyarwandas como um único povo de mesma origem. Porém, importa ressaltar que em nenhum momento, mesmo na tese de distinção entre agricultores, pastores e domésticos, o fator étnico é evidenciado, deixando claro para nós que não havia uma divisão étnica, e que a estas identidades foi implantado o conteúdo tutsi e hutu. A. Kagame, historiador ruandês, negou que qualquer instituição estatal tenha dependido da participação dos agricultores para existir, mesmo que Ruanda continue sendo um país agrário até os dias atuais, e que a relação entre estes grupos vivera em estado de cordialidade, como Magnoli destaca:

...Gihanga figura como pai dos três ancestrais ruandeses: Gatwa, dos twas, Gahutu, dos hutus e Gatutsi, dos tutsis. Para determinar qual dos três filhos era merecedor de sua herança, Gihanga confiou uma cabaça de leite a cada um, durante uma noite. Na manhã seguinte, Gihanga voltou e verificou como agiram seus filhos na noite original. Gatwa foi desqualificado e desterrado, pois, num sono agitado, derrubara a cabaça e perdera o leite. Gahutu foi deserdado e condenado a trabalhar para Gatutsi, pois, sedento, bebera o leite. Gatutsi, que permanecera acordado e vigilante, conservando seu leite, foi designado sucessor de Gihanga, recebeu como herança todos os rebanhos de vacas do país e ficou isento de realizar trabalhos manuais (MAGNOLI, 2009, p. 259).

Os colonizadores estabeleceram a diferenciação entre tutsis e hutus por meio dos traços biológicos, cujo parâmetro era a altura, a medida dos narizes e a pigmentação da pele. Implantaram a distinção de classes sociais ou castas, buscando traços que melhor se semelham com os belgas:

... a raça que mais se assemelhava às características físicas europeias era superior, e eram muito diferentes dos nativos, pois apesar dos efeitos da miscigenação (cabelos crespos e pele mais escura), possuíam nariz fino em vez de “achatado” e esta característica os tornavam especiais, naturalmente mais evoluídos e por isso, dominantes. Por fim, ele declarou que com um pouco de educação e cristianismo poderiam ser quase tão superiores quanto os britânicos e o resto dos homens brancos (FRUCTUOZO, 2009 a, p. 05).

A justificação por meio da migração, de acordo com a autora supracitada, é apresentada da seguinte forma:

Conta-se que, inicialmente Ruanda foi ocupada por um povo pigmeu chamado twá, que viviam em cavernas e que hoje representa 1% da população. Os tutsis e hutus teriam vindo mais tarde e acredita-se que os hutus são um povo “bantu” que veio primeiro do sul e do oeste de Ruanda, e que um povo nilótico (quem

vem das margens do Nilo) chamado tutsi veio depois, do leste e do norte (FRUCTUOZO, 2009 a, p. 03).

Esta compreensão é complementada no trecho abaixo:

Inspirados por esta narrativa, os sábios belgas em Ruanda decidiram que os tutsis só podiam ser um dos frutos das migrações hamíticas. Na versão principal da tese, os tutsis seriam originários de algum ponto do Chifre da África, possivelmente a Etiópia, numa versão alternativa, teriam se deslocado a partir do vale do Nilo. Contudo, a origem etíope afigurava-se como a mais sedutora para os estudiosos europeus, pois significava que os tutsis tinham ancestrais cristãos (MAGNOLI, 2009, p. 263).

Com a legitimação da superioridade dos tutsis, através das três justificativas de diferenciação do povo banyarwanda, os belgas implantaram as carteiras de identidade étnica, classificando cada indivíduo de acordo com sua etnia. Aqui, faz-se necessário lembrar que o mundo ainda estava sob a influência das teses das características inatas, determinadas pelas medidas do tamanho do crânio, dentre outros aspectos. Ressalte-se também o aspecto do conceito de raça, que teve seu apogeu no quarto período do século XX (BARBUJANI, 2007).

A racialização das diferenças entre estas duas categorias ocorreu tanto por meio do discurso ideológico, quanto pela reprodução da diferença racial disseminada dentro das instituições ruandesas, transformando estas em um forte instrumento para a disseminação destas ideias. Sendo a base legal para a divisão, seguida de discriminação pela ideia de raça, o que antes poderia ser entendido como “comunidade cultural” (REZENDE, 2011) passou a ser também uma comunidade política, dividindo assim os nativos por grupos, leis, autoridades e administrações.

A partir de então teríamos o direito civil “racializado” e o consuetudinário “etnicizado”, adotando os princípios da identidade e discriminação. Essa atitude, alicerçada na “ciência das raças” de Speke, é de suma importância para compreendermos o período colonial⁵. Em sua teoria, o escritor caracterizou os emigrados da Etiópia, enquadrando os tutsis em meio a estes como a raça superior dentre os ruandeses. Graças a estes estudos, as atitudes dos colonizadores europeus perante os ruandeses foram, por muito tempo, condicionadas por “verdades científicas inquestionáveis.”

Sem que fosse prestada a devida atenção às transformações sociais, os colonizadores possibilitaram que os tutsis detivessem o direito a alguns privilégios, e em troca puderam fazer a colonização de maneira indireta. Entretanto, seria infantilidade de nossa parte, culpabilizar o

⁵ John Hanning Speke, o famoso explorador e descobridor da fonte do Rio Nilo, apresentou em sua obra *Journal of the Discovery of the Source of the Nile* (London, 1863) o que denominou de “theory of conquest of inferior by superior races”.

processo colonizador pelo episódio ocorrido em Ruanda no ano de 1994. Traçando este caminho, poderíamos incorrer sobre o erro de desvincular dos ruandeses a responsabilidade por seus atos, tratando-os como meros objetos manipuláveis. O que houve até aqui foi um apanhado por meio dos mitos de origem para se compreender como a divisão, diferenciação, classificação e construção de identidades (SANTOS, 2011, p. 33) dos banyarwandas foram mistificadas por meio de concepções balizadas nas classificações raciais, corroborando desta forma para que a história do país fosse tomando tais rumos.

Em 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU) concede à Bélgica a tutela sobre Ruanda e Burundi. Desta forma, maiores poderes sobre o território lhe foram conferidos, apesar da obrigatoriedade dos belgas em ter que prestar contas de sua administração. O resultado deste processo foi uma mudança na metodologia administrativa dos colonizadores, que além de fortalecerem as influências dos tutsis na administração local por meio de concessão de cargos, também colocava a colônia nos passos de certa independência. Na década de 1950, a Bélgica começou a pensar na possibilidade de emancipação em longo prazo, e juntamente com a ONU, deu início a preparação da descolonização da região. No entanto, o que fazem é uma transformação dos grupos tradicionais em empregados civis, e estas medidas acirraram ainda mais as tensões entre os banyarwandas. Em março de 1957, um grupo de intelectuais hutus escreveu o Manifesto Hutu, defendendo a democracia e melhores condições para o “grupo étnico”. Neste manifesto, contudo, não reivindicavam a extinção das carteiras de identidade étnicas. Denunciavam a exploração e reivindicavam direitos, além da independência de Ruanda.

As diferenças étnicas sofreram nova intervenção. Sendo os Hutus maioria a reivindicar seus direitos, conseqüentemente, os tutsis passariam para o lugar do subordinado. Apesar dos mesmos também almejarem a independência, não significava que deveriam “reparar” atos antigos e assumirem outro espaço que não fosse o da elite, da manutenção dos privilégios.

A reação dos tutsis à ameaça de perda do lugar social, justificada pela superioridade natural, fez com que o manifesto Hutu se radicalizasse e criassem então dois partidos políticos: a Association pour La Promotion Sociale de La Masse - APROSOMA⁶ (1958), que teve como líder Joseph Habyarimana Gitera, “cuja intenção, a princípio, era forjar uma aliança política em termos de classe e definir uma agenda política para abordar as linhas de pobreza e subdesenvolvimento” (ARAÚJO, 2012, p. 33-34), e o Partie du Mouvement de l’Emancipation Hutu- PARMEHUTU (1959), que tinha como chefe Grégoire Kayibanda. Este partido contava com apoio no norte e centro de Ruanda.

⁶ Criada em 1957, porém torna-se partido em 1958.

Os tutsis se concentraram entre o Rassemblement Démocratique Ruandais - RADER (1959) e Union National et Ruandaise- UNAR, ambos liderados por aristocratas tutsis, mas que contavam com a participação de alguns hutus como François Rukeba. Os caminhos foram se estreitando de tal forma que em 1º de novembro de 1959, Dominique Mbonyumutwa, ativista político hutu, foi brutalmente agredido em Gitarama⁷. O resultado disso foi que em menos de 24 horas aconteceram ondas de ataques às autoridades tutsis. Antes deste acontecimento, Gourevitch (2006) adverte não ter ocorrido nenhuma onda de violência política sistemática entre as duas “etnias”. Este evento ficou conhecido como “o vento da destruição” (ARRUDA, 2012) e causou grandes migrações de tutsis para colônias vizinhas, como Zaire (atual Congo), Burundi e Uganda.

Outros acontecimentos de suma importância entraram em curso após a revolta, em especial a proclamação da Independência Unilateral de Ruanda em 1961. É neste momento que a administração belga decide conceder poderes provisórios às administrações locais até que houvesse um consenso entre Bélgica e ONU sobre a data das eleições legislativas no país.

A República recém-nascida já enfrentava sérios problemas! Pense o caro leitor/a que estamos escutando vanerão e dançando forró.... No mínimo estamos fora de ritmo! Em pouco tempo o país transformou-se naquilo que seus novos defensores diziam ser contra, ou seja, uma República autoritária e com discursos étnicos sendo usados como justificativa para manter o poder nas mãos de alguns. Nesta perspectiva, os conflitos envolvendo tutsis e hutus foram cada vez mais constantes:

Olhando para trás, os ruandeses dirão que alguns incidentes como esses eram inevitáveis. Mas, na próxima vez que você ler uma reportagem como a que foi estampada na primeira página do New York Times em outubro de 1997, relatando “a velha animosidade entre os grupos étnicos tutsi e hutu”, lembre-se de que, antes do espancamento de Mbonyumutwa acender o pavio em 1959, nunca havia sido registrada uma violência política sistemática entre hutus e tutsis – em nenhum lugar (GOUREVITCH; 2006, p. 57).

Um traço característico do governo de Kayibanda foi o nacionalismo “racializado” em favor dos hutus, alicerçado nas identidades políticas institucionalizadas pelo colonialismo. Os tutsis vistos como inimigos da “ordem”, ao mesmo tempo em que eram acusados de tentar desestabilizar o governo.

A comunidade internacional não pareceu se importar com o ocorrido e silenciou. Ao escrever para o jornal francês Le Monde, Vuillemin classificou o ocorrido em Ruanda entre 1963

⁷ Segunda maior cidade de Ruanda, com uma população de 84. 669 habitantes segundo o censo de 2002. Era capital de uma dentre as doze (intara) províncias antigas do país até 2005. Está localizada no centro do país, a oeste de Kigali.

e 1964 como “verdadeiro genocídio”, chamando a atenção para a indiferença dos europeus e das organizações humanitárias. O que de fato ocorreu foi o fortalecimento do governo de Kayibanda, que exercia sua função de maneira autoritária e com ideias de justiça, moralismo e progresso. O governo arquitetou ideologias e atos que justificavam e legitimavam sua forma de governar, mesmo que estas não trouxessem nenhuma melhora ao quadro econômico de Ruanda interna e externamente.

Ser cidadão então significava ser hutu e adotar o modelo de vida cristã, mas é exatamente a conjuntura apresentada anteriormente que será responsável pelo enfraquecimento e fragilidade do governo de Kayibanda, e o fará vítima do golpe de Estado em 1973, levando Juvenal Habyarimana ao poder (GOUREVITCH, 2006, p. 60 - 63; KIZERBO, 2002, vol. II, p. 241). Grégoire Kayibanda foi destituído do poder em 05 de julho de 1973, ficando em prisão domiciliar, e foi condenado à morte em 29 de junho de 1974, acusado de ser o responsável por coordenar os massacres de 1973. Porém, foi perdoado pelo governo central e morreu envenenado em 15 de dezembro de 1976. Enquanto isto, o novo presidente, também hutu, estabelecia um governo militar com uma participação civil significativa. Habyarimana centralizou as instituições públicas, concentrou o poder no gabinete do presidente, nos órgãos do partido único - Movimento Nacional Republicano para a Democracia e Desenvolvimento (MRND) e nos serviços de segurança. Mesmo com todas estas atitudes, o presidente pediu trégua nos ataques aos tutsis e é esta troca de presidência que trará uma relativa paz no início da Segunda República.

Um fato importante que poderíamos destacar neste período é a introdução de programas de ajustamento estrutural e de liberalização econômica durante os quais o país irá passar por uma crescente recessão, com aumento do desemprego, queda das exportações, denúncias de corrupção no governo e tantos outros aspectos que farão crescer também um mal-estar social e repressão política (FLORÊNCIO, 2011, p. 7). O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiram que Ruanda implantasse programa de ajuste estrutural e, em 1989, o orçamento governamental foi cortado pela metade.

Ainda na década de 1980 temos Habyarimana adotando políticas cada vez mais repressivas contra seus oponentes políticos, dentre estes, presos políticos da Primeira República, críticos de seu regime e que eram tidos como ameaças. Ruanda começou a presenciar assassinatos, travestidos de acidentes dos mais variados. A RPF (Rwandese Patriotic Front) ataca, e o medo de perder o poder pode acarretar em medidas extremas na luta por frear os adversários⁸. O então presidente concentrou grande parte de seus esforços na perseguição aos seus oponentes políticos, fossem tutsis ou hutus, um adendo para lembrar que a paz registrada

neste período pode ser entendida como um momento de enriquecimento das elites hutu. Por meio de acordos financeiros que visavam às exportações de chá, café e estanho, além da ajuda externa na economia do país, o presidente Habyarimana balizou o seu governo em uma política associada à economia. Porém, com o fortalecimento da crise no país, estes acordos financeiros estavam cada vez mais difíceis de serem mantidos.

As pressões externas se acirraram no fim da década de 1980, logo após a queda do muro de Berlim, quando Estados Unidos e Europa Ocidental começaram a exigir dos países africanos a democratização dos mesmos. Foi exatamente nestes anos que ocorreu o desmantelamento de boa parte dos sistemas público de educação e saúde de muitos países do continente africano, conforme Ki-Zerbo (2006). Importante lembrar que nos últimos quinze anos a França substituiu o papel mantido pela Bélgica em relação ao Estado ruandês, em troca de garantias financeiras e militares. Em 1975 Kigali e Paris assinaram acordo de cooperação e treinamento militar, seguido de aumento significativo do financiamento francês. As reivindicações internas por democracia ganharam aliados importantes, como Vaticano e os Estados Francófonos. Habyarimana, não por boa vontade, introduziu o multipartidarismo em Ruanda sentindo a pressão dos adversários, finalizando este ano com uma grande crise política no país, além de ter se tornado suscetível a futuros ataques da FPR.

Então vamos refletir... Qual a melhor forma de barrar o adversário em Ruanda? Se o caro leitor pensou na possibilidade de reavivar as diferenças, seguidas de rivalidades étnicas implantadas pela colonização, também pensei nisto! Habyarimana transformou esta abordagem em uma característica central do seu regime após 1990, estabelecendo novamente categorias étnicas, que foram gradativamente sendo usadas uns contra os outros.

O país das mil colinas vivenciou nas décadas de 1980 e 1990 fortes características de diferenciação regional, seguida de marginalização entre a população urbana e à rural. Esta desigualdade social se tornou cada vez mais gritante entre ricos e pobres, além das diferenciações ao acesso político, entre outras. Todos os aspectos indicados acima são responsáveis pelos altos índices de violência do período. Interessante perceber também que mais da metade da população ruandesa tinha como forma de subsistência, a agricultura, fator que o governo de Habyarimana, por muito custo, reconheceu o problema da pressão demográfica do país, negando mais tarde o pedido de repatriamento de refugiados. Outra característica interessante é que o governo de Habyarimana passava por problemas internos, pois vivenciava conflitos intensos com o akazu⁹,

⁸ A Rwandese Patriotic Front, doravante, será referida como Frente Patriótica Ruandesa.

⁹ Grupo de maioria dos familiares da esposa de Habyarimana, acusados de corruptos.

além dos problemas com os refugiados tutsis que não paravam de deixar o país desde 1959 (PORSANI, 2007, p. 27).

Alguns destes refugiados, em sua maioria jovens tutsis, juntaram-se ao movimento rebelde armado de Yoweri Museveni (FLORÊNCIO, 2011, p. 9). É este grupo de refugiados que ajudará Museveni a assumir o poder em Uganda em 1986, por meio de uma revolta através do Exército da Resistência, que em 1996 é eleito democraticamente. Ressalte-se que ainda hoje Yoweri Museveni é o presidente de Uganda, somando 31 anos no poder. Tendo conquistado a presidência, Museveni encaminha as reivindicações dos tutsis refugiados ao governo de Ruanda, que recusou o repatriamento dos mesmos. Assim, os tutsis que estavam em Uganda conseguiram cargos influentes nas forças armadas e adquirem conhecimento de guerrilha. Dentre estes destaca-se Paul Kagame – atual presidente da República do Ruanda, de 2000 até os tempos atuais – que após ganhar a confiança do presidente de Uganda, ocupou vários cargos posteriormente. Chegamos ao fim da década de 80 com cerca de “480 mil ruandeses, 7% da população total e metade da população tutsi, na condição de refugiados, vivendo principalmente em Burundi (280 mil), Uganda (80 mil), República Democrática do Congo (80 mil) e Tanzânia (30 mil)” (ARAÚJO, 2012, p. 43).

Em 1989, os refugiados em Uganda são destituídos do cargo. Nesse contexto surge a FPR (Rwandese Patriotic Front), com seu braço armado RPA (Rwandese Patriotic Army) (FLORÊNCIO, 2011, p. 9). A RPA conseguiu adeptos de vários países vizinhos após sua organização, tramando assim, o primeiro ataque a Ruanda em 1º de outubro de 1990. Avançando por várias regiões do país, as tropas da RPA (FPR em português) foram repelidas pelas forças armadas de Ruanda, que conseguiu apoio do Zaire, França e Bélgica. Mesmo derrotada, a RPA continuou com ataques ofensivos na fronteira entre Uganda e Ruanda. Deste modo, passamos um período de 1990 - 1993 do que podemos nominar por guerra entre o governo de Habyarimana e da FPR, coincidindo com a crise política interna já sinalizada anteriormente e que se intensificou, e com a pressão externa exigindo a democratização do país.

Decorrente da queda do muro de Berlim em 1989, que acelerou também o fim da Guerra Fria, tanto a Europa Ocidental quanto a América do Norte começaram a exigir a democratização dos países africanos dependentes. Sofrendo pressões externas e internas Habyarimana, mesmo sendo avesso aos apelos internacionais, anunciou em 1990 um sistema político multipartidário para Ruanda (GOUREVITCH, 2006, p. 98). Não seja o leitor ingênuo, ao pensar que Habyarimana pretendia dividir o poder com os tutsis. Prova disso é que o presidente arquitetou um falso ataque da FPR à capital de Ruanda, buscando exagerar a ameaça rebelde ao governo.

De fato, houve um ataque da FPR em 1990, porém não foi para além da região nordeste do país, bem distante da capital.

A partir do momento que o presidente cria o suposto ataque, com grande dose de exagero por parte do governo às ameaças rebeldes, o governo poderá então assumir o lugar de vítima, enquanto os rebeldes se tornam ameaçadores da paz. Mas o que o governo ganhava com isso? Se bem lembrar o leitor, Habyarimana foi obrigado a instaurar uma política multipartidária em Ruanda, e este foi o adendo para ele agir contra o pluralismo partidário, colocando tutsis e hutus contrários ao governo como cúmplices dos rebeldes da FPR. A partir deste momento, listas com nomes e endereços dos denominados traidores foram organizadas e diversas pessoas presas, já entre outubro e dezembro de 1990 (GOUREVITCH, 2006, p. 99-100).

Em março de 1991, após ataques, mortes e negociações, Habyarimana encontra-se novamente pressionado pelas forças exteriores. O governo é obrigado a instaurar um gabinete transitório, contando com representantes de membros do exército rebelde, incorporando alguns destes ao exército nacional. Surge ainda neste mesmo período, novos partidos políticos como: o MDR (Mouvement Démocratique Républicain), o PSD (Partie Social-Démocrate), o PDC (Partie Démocratique Chrétien), o PL (Partie Libéral) e o CDR (Coalition pour la Défense de La République) (FLORÊNCIO, 2011, p. 8). O aumento do número de pessoal do exército ruandês é bastante significativo, passando de cinco mil para algo em torno de 50 mil soldados. Enquanto isso, do outro lado, Paul Kagame retorna para Uganda, assume a liderança da FPR, recruta pessoas expulsas pela FAR (Forças Armadas de Ruanda), fato que também causa o aumento significativo no contingente de pessoal, de 12 mil pares para 25 mil soldados entre 1991 e 1992 (DOYLE; SAMBANIS, 2006).

Outro fator que deve ser destacado neste mesmo período é a criação da milícia que ficou conhecida por Interahamwe, que também estava se articulando (FRUCTUOZO, 2009 b, p. 18)¹⁰. Ainda em 1992, Habyarimana enfrentou protesto dos civis, motim das forças armadas, além de ter sido forçado a aceitar um governo de coalizão onde irá atribuir o cargo de primeiro ministro ao maior partido de oposição. Todos estes aspectos levaram o presidente a apresentar uma abertura de paz ao FPR. Assim, o governo ruandês e a FPR resolvem se reunir e assinam um acordo de paz intermediado pela Tanzânia, ONU e OUA (Organização da Unidade Africana), pondo fim a luta armada. Este mesmo acordo foi quebrado e assinado novamente, culminando

¹⁰ Interahamwe: “aqueles que atacam juntos”. Sua origem vem das torcidas organizadas de futebol patrocinadas por líderes políticos do Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND) e da akazu. Teve como presidente Robert Kajuba e vice-presidente George Rutaganda.

com o acordo de Arusha 04 de agosto de 1993, na Tanzânia.¹¹ Finalmente parecia chegar ao fim uma guerra de muitos anos! A iniciativa de pacificação foi parabenizada pela ONU, que buscando monitorar o cumprimento do acordo de paz, estabeleceu a missão de paz em Ruanda com a UNAMIR (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda), a partir da resolução de número 872.

O problema do acordo de Arusha é que não foi aceito por todos, como por exemplo, os extremistas da MRND, que juntamente com outros movimentos radicais, rejeitaram os acordos (MOREIRA, 2008. p. 66). O acordo de Arusha dava direito aos refugiados de retornarem ao seu país, a integração das duas forças armadas em uma única força nacional e um governo de transição composto por membros de todos os partidos, com a manutenção de Habyarimana no cargo de presidente. Mas, contaria também com membros das Nações Unidas auxiliando em todo processo de paz (SANTOS, 2011). Ao que parece, o acordo foi algo incrível para implantação da paz em Ruanda, mas isto se esquecermos dos extremistas e a forma que os mesmos enxergaram este acordo:

...enquanto os Acordos de Arusha tranquilizavam os ânimos dos países ocidentais e da ONU, os líderes do Poder Hutu o acusaram [Habyarimana] de traição e encaravam a chegada das tropas da Unamir em Ruanda como uma prova de que a missão só estava ali para auxiliar a RPF a tomar o poder pela força. As concessões conferidas no acordo assinado em Arusha eram consideradas inéditas, pois possibilitariam a desmilitarização da região e proporcionariam um ambiente seguro para a população em geral e para os refugiados. Entretanto, a assinatura do acordo gerou forte descontentamento entre os extremistas hutus, o que serviu para agravar ainda mais a frágil situação no país (ARAÚJO, p. 47, 2012).

Um país que já vinha passando por vários momentos de instabilidade política encontra seu ápice após a assinatura do acordo de paz.

Concluindo...

No ano de 1994, mais precisamente no mês de abril, o avião que trazia a comitiva do então presidente ruandês, Juvénal Habyarimana, foi atingido por um míssil atirado das montanhas próximas ao aeroporto de Kigali. Este foi o estopim para o início das mortes de milhares de homens e mulheres ruandeses, tutsis em sua maioria, mas também hutus que não partilhavam das propostas do Poder Hutu e as suas milícias, (interahamwe) o grupo extremista que assumiu o poder após a morte do presidente no atentado (SANTOS, 2016, p. 10).

¹¹ O acordo de Arusha é um conjunto de cinco acordos assinados entre Ruanda e O FPR em negociações mediadas pela França, Estados Unidos e a Organização das Nações Africanas, que teve início em 1992 e foi finalmente oficializado em 1993.

Habyarimana entendeu o Acordo de Arusha como um suicídio político, pois o fato de ter sido bem acolhido pela população em geral não eliminava o posicionamento dos líderes do Poder Hutu, os quais o acusavam de traidor (GOUREVITCH, 2006, p. 98). Desta forma, as reuniões e ações do governo passaram a ser boicotadas. O presidente justificou por meio de um discurso na Rádio Kigali, as razões e necessidade de um acordo de paz, explicando que não tinham sido decisões individuais, mas coletivas. A contradição é apresentada quando os líderes da FPR se pronunciaram no dia seguinte, afirmando que o mesmo não só faltou com o suporte necessário ao processo de paz, como também minou as negociações em vários momentos. Deste contraponto surge o acordo entre a delegação do comando de Ruanda e a FPR em criarem um governo de transição plural. Entretanto, quatro dias depois os massacres foram registrados na região de Kibuye.

A comunidade internacional nunca esteve preocupada com os ruandeses. Em 1994 menor ainda era seu interesse. O mundo esteve e ainda está de costas, e com colete à prova de balas, para não ser afetado por qualquer ato violento que ocorra com os banyarwandas, pois do contrário não teriam sido assassinados mais de um milhão de pessoas por conta da ausência de intervenção humanitária. O Acordo de Arusha, assinado em 1993, e a resolução 872 que criava a UNAMIR, não foram suficientes para evitar que um dos grandes e últimos massacres do século XX acontecessem sob os olhos de uma comunidade internacional atônita, estarrecida e cinicamente de mãos atadas. Os conflitos ocorridos em Ruanda jamais foram levados a sério. Prova disso é que o número de mortes nos anos anteriores a 1994 nunca foram questionados.

É neste triste cenário que a matança organizada acontece. Homens hutus vão à procura de suas vítimas como quem sai em busca de caça para sua sobrevivência, e com facões matam seus vizinhos, colegas de trabalho, amigos, irmãos de igreja e qualquer um enquadrado na categoria tutsi ou hutu “moderado” (neste perfil entrariam qualquer hutu que se opusesse aos assassinatos de tutsis, ou adversários políticos daqueles que estivessem juntos aos milicianos). A missão de liquidar, estuprar e matar todos estes, seguia seu percurso em três longos meses de matança, enquanto os ditos “líderes de instituições humanitárias” pouco ou nada faziam. Uma omissão no mínimo assustadora. Importante que pensemos até que ponto este momento da história ruandesa não foi minuciosamente planejado.

Enquanto apresento ao caro leitor o contexto histórico de Ruanda, não deixo de pensar em um futuro de um país planejado em seus mínimos detalhes. Primeiro com as seguidas ondas de ataques e discriminação sofridas pelos tutsis, tratados naturalmente por “baratas”, segundo com os riscos - por nós já conhecidos - que trazem a racialização de um povo que por muitas

vezes adquire direitos alicerçados em discursos de ódio e rancor. Não consigo ver o abril de 1994 como algo fora de uma grande organização, mas talvez esta seja a lacuna desta tentativa de escrita de alguém que apenas está aprendendo a arte de historiar. Lembro ao leitor que a crescente onda de racialização e disseminação dos discursos de ódio que vivemos em nosso país lembra bastante o contexto ruandês: em nome de direitos e de inclusão, diferenças essencializadas e irremovíveis foram postas em cena...

Então nobre leitor, o episódio ocorrido em Ruanda, no ano de 1994, foi uma guerra étnica, civil ou genocídio?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cintia Ribeiro de. O genocídio de Ruanda e a dinâmica da inação estadunidense. Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2012. 147 f; 30 cm.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças. Existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito social**. São Paulo: Contexto, 2007.

COUTO, Andréia Terzariol. **O país das mil colinas. Relato sobre uma região marcada pelo último genocídio do século XX**. Curitiba: Appris, 2013.

DOYLE, Michael W; SAMBANIS, Nicholas. **Making War & Building Peace**. United Nations Peace Operations. Princeton: University Press, 2006.

FLORÊNCIO, Fernando. Uma história de violência sob as Brumas des Virunga. Morte e poder no Ruanda. **Cadernos de Estudos Africanos** N.21. Lisboa jan. /jun. 2011. Volume 21, pp. 71-97.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario. **O Genocídio de Ruanda e alguns aspectos da jurisdição Internacional**. (Monografia) - Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Presidente Prudente\ SP. 2009.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo. Cia. Das Letras, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HATZFELD, Jean. **Uma Temporada de Facões. Relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo. Cia. das Letras, 2005.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano: minha vida na África**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. I**. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

MACKENZIE, J. M. **A partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática, 1994

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue. História do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: colonialism, nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002.

PORSANI, Juliana Amaral. **A construção do Estado Nação ruandês: Uma escalada para o genocídio de 1994**. Universidade Estadual Paulista, Franca, Bacharelado em Relações Internacionais, Monografia, 2007.

REZENDE, Amanda. **RUANDA: GENOCÍDIO E MÍDIA: As relações internacionais e a comunicação social**. Dissertação (Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Luís Villafañe Gomes. **A arquitetura de paz e Segurança Africana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

Recebido em: 17/04/2020

Aprovado em: 11/06/2020